

ENXERGANDO O COTIDIANO EM FONTES PARA A HISTÓRIA POLÍTICA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS POR MEIO DE UMA ANÁLISE TAXONÔMICA

 10.5935/2177-6644.20210022

UNDERSTANDING DAILY LIFE IN
POLITICAL AND SCIENTIFIC HISTORICAL
SOURCES BY A TAXONOMIC VIEW

MIRANDO EL COTIDIANO EN VESTIGIOS
PARA LA HISTORIA POLÍTICA E
HISTORIA CIENTÍFICA POR UN ANÁLISIS
TAXONÓMICO

Gabriel de Azevedo Maraschin*

 <https://orcid.org/0000-0001-5211-4155>

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar fontes não convencionais aos estudos de história do cotidiano. Com base nas leituras de José de Assunção Barros, mostrarei como algumas fontes comumente voltadas para a história das ciências e a história política podem revelar propriedades importantes que criem vínculos com a história do cotidiano, enriquecendo a análise científica.

Palavras-chave: Fontes. Política. Ciência.

Abstract: The objective of this article is to analyze unconventional historic sources to daily history studies. Based on José de Assunção Barros' works, I will show how some sources commonly faced to science history and political history might reveal important proprieties that bind them with daily history, developing scientific analyses.

Key-words: Sources. Politics. Science.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar fuentes poco convencionales a los estudios de historia del diario. Con base en las lecturas de José de Assunção Barros, mostrare como algunas fuentes comúnmente convertidas para la historia de las ciencias y para la historia política pueden revelar propiedades importantes para crear conexiones con la historia del diario, enriqueciendo la analice científica.

Palabras-clave: Fuentes. Política. Ciencia.

* Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (NECAP), vinculado à UFRRJ; do GT Empresariado e Ditadura, vinculado à ANPUH; e do Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas Dimensões (NUPEP), vinculado à Rede Proprietas.  <http://lattes.cnpq.br/3293496425340675> - E-mail: g.maraschin53@gmail.com.

Introdução

A pesquisa de doutorado, intitulada *A práxis científica e a práxis política: o CNPq e o emblemático caso da energia nuclear nos anos 1951-1964*, em andamento pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, busca analisar o papel dos cientistas brasileiros na elaboração e execução de projetos científicos de grande porte. O objeto principal está nas políticas de fomento produzidas e fiscalizadas pelo então Conselho Nacional de Pesquisas¹ sobre o desenvolvimento da indústria atômica nacional.

Este tema esbarra em uma série de questões que envolvem a maior participação das pesquisas científicas e do ensino universitário brasileiros em demandas do Estado, a aproximação de militares sobre as pesquisas científicas nacionais, a maior presença da vida de cientistas nas publicações dos periódicos da época, a formação de uma leitura política sobre a prática da pesquisa científica, as características específicas da indústria energética brasileira nos anos de 1950 e 1960, etc. Enfim, a quantidade de assuntos que podem ser abordados é vasta, com grande diversidade de fontes.

Por isso, para este trabalho, estou selecionando três fontes que estão sendo cruciais para uma parte da pesquisa. São três livros, dois escritos pelos deputados federais Dagoberto Salles e Renato Bayma Archer e o terceiro, pelo físico José Leite Lopes.

O primeiro consta de um relatório produzido pelo mesmo na Comissão Parlamentar de Inquérito, de 1956, que revela disputas relacionadas ao primeiro programa nuclear nacional. O segundo trata-se de depoimentos de Renato Archer sobre sua carreira enquanto deputado federal e, posteriormente, como Ministro do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT). Por fim, o terceiro refere-se a uma coletânea de artigos e palestras proferidos pelo engenheiro químico e físico José Leite Lopes.

Ambas as fontes fogem da convencionalidade das pesquisas em torno da história do cotidiano, devido ao processo de sua produção e a intencionalidade nelas presente. Entretanto, ao realizarmos uma análise taxonômica sobre essas fontes e levando-se em consideração que elas são criadas mediante as relações objetivas de uma sociedade em um processo histórico específico, ainda conseguimos extrair de suas linhas algumas pistas que nos levem a refletir sobre o dia-a-dia e os costumes nos quais esses agentes estavam inseridos, principalmente quando buscamos enxergar os espaços de vivência, constituídos em territórios sociais.

¹ Hoje chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado diretamente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC).

Quando esses agentes prestam seus depoimentos, ao falarem das dinâmicas políticas e de pesquisas científicas nas quais estavam inseridos, automaticamente dão novas nuances aos fatos históricos, dando vida aos acontecimentos, possibilitando imaginar as paisagens, cores e cheiros nos quais estavam inseridos quando dialogavam informalmente com seus pares, conspiravam, compartilhavam ideias, debates e conversas informais. Além disso, os jargões, o palavriado e a entonação na qual esses agentes utilizavam são muito reveladoras para compreendermos, inclusive, maiores detalhes sobre costumes presentes na fração de classe na qual estavam inseridos.

Dessa maneira, com base no livro *Fontes Históricas: introdução aos seus estudo historiográficos*, de José D'Assunção Barros (2019) realizarei, na primeira parte, breves descrições sobre as fontes selecionadas e, na segunda, estabelecerei a análise taxonômica, criando um diálogo entre elas e buscando em suas conexões as propriedades que nos permitem um olhar possível para a história do cotidiano. Na última parte, tratarei das considerações finais, em um aparato geral sobre tudo o que foi abordado.

A problemática das fontes

Ao longo de seu trabalho, Barros busca estimular reflexões a cerca do que são as fontes e a importância delas para o trabalho do historiador. Em sua primeira parte, explora os caminhos que o historiador precisa percorrer para conseguir extrair diversas informações de suas fontes que são cruciais para o desenvolvimento da pesquisa histórica.

O principal ponto da argumentação está em mostrar que as fontes não são objetos dados, mas sim construídos pelas sociedades passadas e, por isso, sua existência está diretamente associada com objetivos específicos, intenções, posicionamentos político-ideológicos e demais fatores que serviram de base para que toda sorte de documento pudesse ter sido criado. Isso significa dizer que tanto as fontes, quanto as análises sobre elas não se caracteriza de forma mecânica ou monolítica, mas sim dinâmica e flexível, onde uma mesma fonte possui uma série de características distintas que podem ser vistas por diversos pesquisadores e pesquisadoras ao longo das gerações.

Dessa forma, a própria maneira de analisar esses documentos possui sua própria história. Se antes a análise documental seguia padrões jurídicos e correspondia a uma história de tipo positivista, o diálogo dessa ciência com outros formas de conhecimento enriqueceu as pesquisas e possibilitou perspectivas que problematizassem as fontes e, conseqüentemente, estimulasse aos historiadores e historiadoras a diversificarem os tipos de vestígios do passado que pudessem ser utilizados para a pesquisa histórica, assim como o aprimoramento sobre as fontes que deverão ser

escolhidas.

[...] A História – na mesma medida em que deixou de ser limitadamente factual em favor de uma nova historiografia principalmente interpretativa – não se interessa tão somente em fornecer informações, descrever acontecimentos ou encadear eventos, mas também, e principalmente, em elaborar interpretações demonstráveis e bem fundamentadas sobre processos históricos, em propor hipóteses, em promover análises, problematizar (BARROS, 2019, p. 24).

A problematização das fontes as tornam mais complexas e mais ricas do que apenas o conteúdo imediato presente em sua composição. Por trás de seus escritos, pinturas, contos e cenas, existem outras evidências que dizem muito a respeito do autor dessas fontes, de sua cosmovisão e, até mesmo, do comportamento de outras pessoas, assim como a organização espacial que estão presentes nessas fontes, mesmo sem ser o conteúdo principal. Dessa maneira, as fontes tornam-se parte do problema do historiador, sendo indissociáveis sobre a construção do objeto.

A partir daí, Barros utiliza o trabalho de Júlio Aróstegui, *A Pesquisa Histórica – Teoria e Método* (1995), como base para propor uma nova taxonomia para as fontes históricas, onde as técnicas de classificação empregadas dividem-se, de maneira geral, na posição, na intencionalidade, na qualidade e na seriedade das fontes selecionadas. Para o presente trabalho, o foco maior estará sobre a classificação das fontes dentro dos critérios da posição, intencionalidade e qualidade da fonte.

A apresentação das fontes

A primeira fonte a ser analisada é o livro escrito pelo deputado Dagoberto Salles intitulado *Energia Atômica: um inquérito que abalou o Brasil* (1958). O trabalho consiste na transformação do relatório sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito de 1956 em formato de livro, com o objetivo de atingir o grande público.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, ou CPI do Problema Atômico, como foi chamada, consistiu em uma manobra realizada pelo udenista Carlos Lacerda como forma de atingir o Partido Social Democrático (PSD) e o primeiro programa nuclear brasileiro, planejado pelo Contra-Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva e legitimado pelo presidente Getúlio Vargas, em seu segundo mandato, criando o CNPq, em 1951, como instituição responsável pelas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da indústria energética nuclear. Em resposta às provocações da UDN, os parlamentares do PSD abriram um pedido de inquérito, no qual o deputado federal da legenda pelo estado de São Paulo, Dagoberto Salles, tornou-se relator.

O fato motivador da luta dos opositores ao governo varguista se deu em razão de o próprio

presidente, antes de seu suicídio, ter autorizado a exportação de uma quantia considerável de tório - mineral responsável pela produção de combustível nuclear - para os Estados Unidos sem a devida autorização. Este feito feriu a cadeia de comando do primeiro programa nuclear, no qual o CNPq estaria diretamente submetido à Presidência da República e estaria no comando das pesquisas científicas sobre esses minérios e, ao mesmo tempo, responsável pelo controle de toneladas que poderiam ser exportadas para outros países.

Entretanto, entre os anos de 1953 e 1954, foi criada a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME), controlada pelo Ministério das Relações Exteriores, a qual reuniu diversos militares e cientistas que se opunham à política de exploração dos minérios atômicos centralizada pelo CNPq, defendendo maior abertura para as exportações. Ao longo dos depoimentos presentes no relatório, a articulação que promoveu a composição da CEME seria considerada como uma gestão paralela e a luta de seus membros por maiores facilidades na exportação de minerais atômicos estaria sendo pressionada pelo governo dos Estados Unidos, que lutava para garantir o monopólio sobre a produção de energia nuclear e seus derivados belicosos (bombas) e pacíficos (uso de isótopos para a medicina e agricultura).

O desenrolar da CPI foi se tornando mais complexo com a participação de diversos cientistas, militares e empresários que foram prestando depoimento na Câmara dos Deputados e foi sendo revelado, gradualmente, que a questão central era mais profunda do que conflitos de interesses sobre as exportações do tório. Conforme documentos foram sendo utilizados como evidências na investigação, as conclusões a que se chegaram foi que o primeiro programa nuclear estaria sendo boicotado em virtude de articulações de grupos políticos, militares e científicos de oposição ao programa do CNPq e ao nacionalismo varguista; e defensores de uma aproximação mais rígida com os EUA em prol da corrida pelo domínio estadunidense sobre a energia atômica para a defesa do mundo capitalista contra o crescimento do bloco socialista, na Guerra Fria.

Ao fim das investigações, no mesmo ano de 1956, a CPI encerra suas atividades com a exposição de inúmeros indivíduos como responsáveis pela falência do primeiro programa – como foi o caso do General Juarez Távora, do físico Hervásio de Carvalho e do Embaixador Edmundo Barbosa da Silva – e da empresa Indústrias Químicas Reunidas S.A. (Orquima) como a principal mediadora entre os interesses do grupo brasileiro de oposição e do capital estadunidense. Para prosseguimento das pesquisas sobre a energia nuclear, no país, foi estabelecida a abertura para a exportação de minerais estratégicos para países aliados e foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), proposta feita pelo próprio Dagoberto Salles.

Em 1958, o deputado e ex-relator da CPI assume a postura de recolher os documentos investigativos e o relatório, transformando-os em livro. Em todo o trabalho, o deputado acrescenta opiniões e comentários à respeito de suas perspectivas sobre todo o processo.

A segunda fonte a ser analisada consiste no livro de depoimentos de Renato Bayma Archer, intitulado *Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento* (FILHO; GARCIA, 2006). Esta obra é resultado de um trabalho realizado em paralelo ao projeto de pesquisa do CPDOC que teve como um de seus resultados a publicação do livro *PSD: de raposas e reformistas*, de Lúcia Hipólito.

Archer foi também deputado pelo PSD, pelo estado do Maranhão, e teve participações importantes em momentos específicos na política brasileira, quando foi necessário haver representações nacionais em questões que envolviam políticas científicas, sejam nacionais, ou internacionais. Sua estréia no campo das políticas científicas se deu na participação da criação do CNPq, junto a Álvaro Alberto e, já próximo ao final de sua carreira, na criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), no qual foi o primeiro a assumir o cargo de ministro.

Esse livro de depoimentos consiste em entrevistas feitas sobre sua militância política em prol da C&T vinculada ao desenvolvimento nacional. Ao longo de suas páginas, Archer reflete sobre as elites nacionais, a aproximação entre militares e ciência, a importância da energia nuclear como principal meio científico e tecnológico para a soberania nacional, a perseguição durante a ditadura militar e seu trabalho como primeiro ministro do antigo MCT.

Seus argumentos estão pautados na dependência desenvolvida pelo Brasil com relação à potências estrangeiras, sobretudo os EUA, pelas vias da diplomacia e das Forças Armadas, uma vez que a Guerra Fria condicionou estes dois importantes elementos para a soberania nacional a se aliarem automaticamente e quase inquestionavelmente com a política externa estadunidense. Isso teria enfraquecido o poder de decisão do Estado brasileiro em setores estratégicos, nos quais encontra-se a política nuclear.

Para Archer, a ingerência estrangeira no Brasil o impedia de tomar uma postura protecionista e que valorizasse a produção econômica puramente nacional. Os casos mais emblemáticos sobre esse tema estariam na já falada CPI do Problema Atômico, na qual foi o parlamentar responsável por apresentar os documentos secretos que revelariam as pressões estrangeiras sobre o programa nuclear de Vargas; e na Conferência de Genebra, de 1955, onde foi criado o programa Átomos para a Paz pela UNESCO, tendo sido representante da delegação brasileira.

No primeiro caso, novamente são retratados como a causa da falência do primeiro programa nuclear nacional a aliança entre membros do alto escalão do Exército, representados na figura do General Juarez Távora, e do Ministério das Relações Exteriores, na figura do embaixador Edmundo Barbosa da Silva; com as demandas estadunidenses em impedir que o Brasil desenvolvesse uma indústria nuclear autônoma. Já no segundo caso, Archer trata da Conferência como um divisor de águas, onde parte da comunidade científica nacional alerta sobre o gradual fim das reservas de petróleo mundiais e seus impactos ambientais, exigindo projetos eficazes para o uso da energia nuclear como fonte de energia limpa, fator esse ignorado pela política-econômica dos EUA, que pressionou a economia mundo para a perpetuação dos usos do petróleo como principal fonte energética.

Por fim, a terceira fonte consiste no livro do físico José Leite Lopes, organizado por Amélia Império Hamburger, intitulado *Uma História da Física no Brasil* (2004). Como dito anteriormente, este livro consiste em uma coletânea de artigos e palestras feitos pelo próprio cientista ao longo de sua carreira, sendo selecionados por ele os mais importantes em relação ao objetivo central, que é a defesa da ciência e da tecnologia como fatores determinantes para o desenvolvimento econômico e cultural, junto a uma sociedade autônoma e mais humanizada.

Considerado como “[...] parte ativa de uma transição na prática científica do país” (LOPES, 2004, p. 1), registra sua própria trajetória profissional como um testemunho sobre o desenvolvimento das universidades e dos centros de pesquisa científica brasileiros. Em suas páginas, disserta sobre as condições de pesquisa científica, a universidade modelo representada pela USP, as questões envolvendo as dificuldades de trabalho para os pesquisadores no Rio de Janeiro, em virtude da alta vigilância do DASP, a proibição do tempo de trabalho em regime integral na antiga Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ; e seus diálogos com outros físicos, sejam nacionais ou internacionais.

Muitos desses artigos foram escritos por Leite Lopes no periódico *Ciência e Sociedade*, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituição a qual o físico se destacou pela liderança em sua criação. A partir do CBPF, da UB, da USP e do CNPq, Lopes dialoga constantemente com outros físicos de grande importância, como César Lattes, Mário Schenberg, Marcello Damy de Souza Santos e demais pares, dissertando a respeito de suas experiências no exterior e o acúmulo das mesmas para conseguirem construir espaços eficazes de pesquisa científica no Brasil.

Análise taxonômica das fontes apresentadas

Na proposta de taxonomia presente no livro de Barros, a posição das fontes pode ser dividida em duas classificações: fontes diretas e fontes indiretas. É importante ressaltar que a análise das fontes e suas taxonomias, na presente obra, busca atuar sempre de forma dinâmica, mostrando que fontes diretas e indiretas não são dicotômicas, mas ocupam simultaneamente um mesmo documento, cabendo ao historiador saber até que ponto uma mesma fonte pode estar sendo direta ou indireta em relação a diversos assuntos.

As fontes diretas seriam vestígios em que a informação histórica em seu suporte está diretamente relacionada com o acontecimento registrado, ao passo que as fontes indiretas dependem de intermediários que estejam entre o fato acontecido e o ato de seu registro. Para que essa classificação seja feita com maior precisão, autor estabelece quatro critérios básicos:

[...] (1) a posição da fonte em relação a época; (2) a posição em relação aos fatos ou ao processo histórico que está sendo especificamente examinado; (3) a posição ideológica em relação aos acontecimentos narrados pelo autor da fonte (para o caso de fontes autorais); (4) a posição da fonte em relação ao problema tratado pelo historiador (BARROS, 2019, p. 34).

Sobre os dois primeiros passos, é preciso refletir sobre a época da produção da fonte, ou qual a posição que seu criador estava ocupando no momento de sua criação ou de testemunho dos fatos que serviram de base para sua criação. Basicamente, se estivermos falando do criador como alguém que presenciou os fatos ocorridos e registrou-os de alguma forma, podemos falar que essa fonte é direta e, ao contrário, se o criador estiver se baseando em outros testemunhos e até mesmo outras fontes que venham a lhe fornecer informações, podemos dizer que a fonte ocupa uma posição indireta.

Entremos nas obras a pouco descritas. Mesmo que essa etapa do presente trabalho tenha sido feita de forma breve, já podemos observar que o livro de Dagoberto Salles, por se tratar de uma publicação do relatório da CPI que ele mesmo fez, podemos compreender que estamos tratando de uma fonte direta. O mesmo ocorre para alguns dos capítulos do livro de Leite Lopes, principalmente quando ele relata seu cotidiano na Universidade do Brasil e os problemas institucionais para realizar pesquisas em física.

Já no livro de Renato Archer, ao estudar as análises que fez sobre o desenvolvimento da energia nuclear e como o Brasil se posicionou com relação a isso, nos traz diversas informações vindas de segunda mão, ou seja, relatos que lhes foram contados e que contribuíram para a sua própria interpretação sobre o assunto. Citemos um exemplo:

[...] Álvaro Alberto me contou que fez uma pergunta óbvia: por que os alemães não tinham feito a bomba atômica? Otto Hahn respondeu que, em primeiro lugar, eles, os cientistas, não tinham o menor interesse nisso. O assunto fora levado a Hitler por outras pessoas que

disseram precisar de dois anos. Hitler descartara a idéia, afirmando: ‘Em menos de dois anos terei vencido a guerra!’ (FILHO; GARCIA, 2006, p. 73).

Ou seja, ao tratar de uma grande dúvida na história da bomba atômica, o depoente utiliza uma informação que lhe foi dada pelo próprio protagonista da pergunta em relação aos alemães na Segunda Guerra. O uso dessa informação, intermediada por Archer, portanto, coloca a fonte em uma posição indireta.

Com relação ao terceiro critério, estudar a posição ideológica do autor da fonte é indispensável, pois põe em cheque a compreensão das informações vindas da fonte como completamente fidedignas. Ao encontrar a posição da fonte em sua época e com relação aos seus fatos, é necessário entender que independentemente da fonte ser direta ou indireta, o seu autor registra as informações com intenções e filtros político-ideológicos, o que faz com que o historiador problematize a fonte, tentando compreender melhor o discurso do criador do que propriamente a informação fornecida por ele.

Nesse sentido, as três fontes aqui abordadas possibilitam facilmente o reconhecimento do posicionamento ideológico de seus autores. Os casos de Leite Lopes e Renato Archer tornam-se relativamente óbvios, uma vez que o formato de seus registros possibilitou maior autonomia de expressão e de pensamento. À exemplo do primeiro, em discurso de sua posse como Professor Catedrático na cadeira de Física e Física Superior na Universidade do Brasil, em 1948:

[...] O progresso de um país repousa certamente num equilíbrio sadio entre o espírito científico e o culto das letras e das artes. Este equilíbrio não existe em nosso país. Se temos uma tradição cultural, esta é certamente a das letras. E se nos sentimos justamente orgulhosos dos nossos escritores e dos nossos poetas, e achamos com razão, que não saberíamos viver sem tão valioso patrimônio cultural, por outro lado, não nos devemos esquecer de que, sem ciência e sem técnica, no mundo em que vivemos, seremos incapazes de resolver os nossos próprios problemas nacionais. Estamos longe, muito longe do perigo do chamado cientificismo ou tecnicismo, como creio que já nos começamos a libertar do chamado bacharelismo. Possuímos belos problemas brasileiros, mas as nossas máquinas importadas, as nossas técnicas trazidas e traduzidas do estrangeiro, não temos um desenvolvimento científico e técnico capaz de suportar e impedir um desenvolvimento industrial à altura dos países das nossas necessidades e dos nossos anseios (LOPES, 2004, p. 8).

À exemplo de Archer, em síntese realizada por seus entrevistadores, podemos encontrar elementos que venham a caracterizá-lo ideologicamente:

Dizia Ignácio Rangel, também do Maranhão, que as transformações políticas brasileiras decorrem sempre da aliança dos setores mais progressistas com a dissidência oligárquica. Esses setores mais progressistas demandam as transformações, enquanto a dissidência oligárquica as promove e incorpora às novas situações, às quais procura se adaptar, assegurando assim a continuidade de sua hegemonia [...]. Nessa perspectiva, Renato Archer aparece, desde seus primeiros passos na vida política, como dissidente oligárquico típico. Ele se situa sempre como ponte entre os setores mais conservadores e as diversas nuances das lideranças políticas ditas progressistas. Nessa

posição, consegue construir e consolidar um perfil próprio de conciliador elegante, hábil negociador, com trânsito permanente entre todos os contrários e com acesso garantido aos núcleos de decisão [...] (FILHO; GARCIA, 2006, p. 17)².

O caso de Dagoberto Salles é bastante interessante, pois a proposta de seu livro seria a publicação do relatório da CPI, um documento jurídico e construído dentro de um processo muito específico, o que nos leva automaticamente a crer em uma fonte puramente informativa. Na nota explicativa do livro, podemos encontrar a seguinte citação:

Aqui no Brasil gozam os políticos de incontestável liberdade de ação: podem ser veementes na defesa de seus pontos de vista, indo até ao insulto e a calúnia contra seus adversários; podem desmoralizar autoridades, chefes militares, presidentes da República – até crimes são encarados com indulgência! Entretanto, uma área lhes é rigorosamente vedada: tudo aquilo que diga respeito as nossas relações econômicas e políticas com os EUA, ou a ação de grupos econômicos norte-americanos em nosso país. Assunto proibido e cuidadosamente evitado. Verdadeiro tabu que o político prudente e sagaz, que tenha amor a sua carreira, respeita a todo transe. Fazer vistas grossas para gritantes anomalias nesse setor é o mínimo que se exige; cooperar diligentemente para a exploração impiedosa de nosso povo é o caminho certo do sucesso político, com ampla cobertura publicitária e financeira. E ai! dos que não se queiram conformar: sobre eles desaba uma gigantesca máquina político-econômica, muito bem organizada, dispondo dos meios necessários ao massacre de qualquer importuno. [...]. E se é teimoso, se não cede, se não transige, as coisas pioram; cai sobre ele o anátema de extremista e comunista, repetido implacavelmente até formar convicção – inutilizando-o de vez (SALLES, 1958, p. 2).

Além disso, por diversas vezes é possível encontrar nesta fonte momentos em que o autor e outros comentaristas estão presentes com notas, anexos e demais instrumentos textuais reafirmando, constantemente, a CPI do Problema Atômico como o resultado de antipatriotismo e corrupção e o chamado para a luta nacionalista em prol da soberania nacional. A posição de ambos fica bastante em evidência a partir de duas características: a) o fato de ambos serem importantes quadros do PSD; e b) o constante discurso de Leite Lopes com relação à energia nuclear e a soberania nacional, ponto de debate amplo, também abordado pelo PSD.

O que une esses dois aspectos, tornando-os complementares está na sua relação com o processo político, econômico e cultural no qual o Brasil passava entre os anos de 1950 e 1960, de construção do chamado Nacional-Desenvolvimentismo, que prezava pelo desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, marcado por articulações políticas originárias desde os anos de 1930 e que resultaram em um bloco industrial-oligárquico (DREIFUSS, 1981) que buscava assinalar o Estado brasileiro, tal como a sociedade civil, com linhas de caráter nacionalista e que enxergavam as próprias iniciativas empreendedoras das classes sociais, em especial a burguesia, como força principal para o fim do subdesenvolvimento brasileiro.

² É preciso ressaltar que a devida citação não vem de um discurso direto de Archer, devido às suas ideias muito fragmentadas e espalhadas por todo o livro, impossibilitando a seleção de uma ou outra passagem feita por ele que venha a sintetizar seu posicionamento político-ideológico.

[...] Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de acesso iminente ao 'Primeiro Mundo' (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 561).

Dentro da perspectiva de progresso e de civilização presentes no imaginário desse período, o papel da ciência, da técnica e da tecnologia era de importância ímpar, já que seriam esses setores os responsáveis por garantir o desenvolvimento industrial capaz de elevar o Brasil. Assim sendo, os cientistas ganham um destaque social, sendo atribuído à eles a responsabilidade de compreender o que era necessário para que o país saísse de sua condição de subdesenvolvimento.

À esse quesito podemos somar a própria perspectiva que a ciência ocupa nesse cenário do pós- Segunda Guerra Mundial para além das demandas macroeconômicas. Eric Hobsbawm (2013), ao tratar da figura de John Desmond Bernal, físico de importância ímpar no desenvolvimento da física nuclear e, sobretudo, na função social das ciências e de seus agentes – os cientistas -, reflete a respeito da mudança no papel assumido pelos produtores de saber no período pós-Primeira Guerra e que foi ganhando impulso no decorrer do século XX, com pontos de maior estímulo, tais como as corridas armamentistas tanto da Segunda Guerra, quanto da Guerra Fria:

Igualmente óbvia era a ignorância daqueles que governavam o mundo ocidental – tão espetacular quanto seus fracassos militares e econômicos desde 1914. Eles eram impotentes numa época de reviravolta revolucionária e, como deixou claro o cataclismo capitalista no mundo inteiro, de pobreza no meio de fartura. (As expressões 'necessidade social' e 'bem-estar nacional' entraram no vocabulário público da ciência britânica no início dos anos 1930). A sociedade precisava de cientistas. Embora a pesquisa e a teoria fossem tradicionalmente avessas à controvérsia política, gostando ou não, a ciência, até então uma forasteira, precisava entrar no campo da atividade política, como um corpo de propagandistas da própria ciência, profetas e pioneiros ativos [...] os cientistas se tornavam a glória da Europa, como defensores do futuro da civilização [...] (HOBSBAWM, 2013, p. 210).

Com isso, Lopes consegue afirmar sua posição político-ideológica a partir de seu ofício de cientista, sem estar necessariamente condicionado à imagem de um político tradicional, colocando em seus textos todas as análises específicas de seu tempo, marcado pela luta contra o subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva de ciência, filosofia e artes como promotoras de um amadurecimento cultural por parte da sociedade brasileira, tornando-a apta em se igualar às potências mundiais e à cultura erudita. Apesar de os três possuírem elementos ideológicos comuns no que se refere à C&T e ao desenvolvimento do Brasil, a postura ampla e humanística que o físico possui, típico de seu ofício, auxilia em entender que a posição mais draconiana tanto de Dagoberto,

quanto de Archer está possivelmente vinculada com programas político-partidários³.

Por fim, o quarto critério utilizado se dá sobre a posição da fonte com relação ao problema estabelecido pelo historiador. Uma vez estudada a posição que a fonte ocupa com relação a sua época e com o processo de sua construção também enquanto processo histórico e com a posição político-ideológica que seu criador ocupa, fica mais fácil conseguirmos enxergar outros elementos que antes ficavam ofuscados apenas pelas informações descritivas e mais imediatas.

Isso faz com que uma fonte não esteja limitada em ser apenas direta ou indireta, pois ambas características estão presentes em seu conjunto, sobressaindo-se à medida que o historiador a problematiza. Tomemos os exemplos de Archer e Leite Lopes.

Sabemos que o livro de Archer corresponde a uma fonte direta, no que tange a participação protagonizada pelo mesmo nas ações políticas; e indireta, no que tange à reflexões macroeconômicas e macropolíticas, por onde utiliza relatos e análises de outros pares. Também sabemos que o autor possui uma posição político-ideológica bem específica e que presta seus depoimentos de forma bem delimitada nessa posição. O que mais essa fonte nos mostra, então?

Em um primeiro ponto, mostra mais sobre a postura, o comportamento e a militância que Archer ocupava nas fileiras do PSD e do Congresso Nacional do que propriamente um conjunto de análises e observações muito bem fundamentadas e com alto teor de fidedignidade sobre questões sócio-econômicas e eventos históricos. Em segundo ponto, expõe as formas como as diversas frações da classe burguesa se comunicavam em diversos espaços distintos, seja em ambientes parlamentares, seja em ambientes de lazer.

Podemos encontrar as passagens “Eu [Archer] morava no então edifício Prelúdio, situado ao lado da piscina do hotel do Copacabana Palace [...]”, p. 115; “[...] passei na livraria que fica no térreo do Copacabana Palace, onde comprei o livro do Gordon Dean [...]”, p. 116; “De repente, passou por mim ali na calçada o nosso Álvaro Alberto [...]”, p. 115. Em ambas as citações, o deputado nos induz a refletir uma imagem mais casual, que nos traz a uma aproximação com a vida desse indivíduo distante da formalidade parlamentar e, conseqüentemente, da posição em que ocupa enquanto um entrevistado voltado para tratar de assuntos macroeconômicos, tal como os historiadores que colheram seus depoimentos objetivavam.

Como o deputado possuía uma inserção social profunda, principalmente em virtude de suas

³ Principalmente, se levarmos em consideração que aproximadamente 30% do Congresso Nacional era ocupado pelo PSD, em contraponto aos aproximadamente 24% da oposição udenista e aos outros 46% diluídos em diversos partidos distintos. Fora o fato de que o ano de 1956 ter sido o início da presença do PSD no cargo mais alto do Executivo, com JK como Presidente da República, iniciando o projeto nacional-desenvolvimentista. Dados calculados a partir das planilhas de deputados e de seus mandatos acessados em <https://www.tse.jus.br/>.

atividades políticas, é compreensível que sua rede de sociabilidade estivesse bem delimitada pelos bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro, tal como no Centro. Ao analisarmos Gilberto Velho (1989), nos deparamos com a construção de uma Copacabana, justamente entre os anos de 1940 e 1960, pautada em um processo de urbanização desigual, marcada por inchaço urbano e profundas contradições sociais.

	1920	1940	1950	1960
Rio de Janeiro	1.157.873	1.764.141	2.335.931	3.139.858
Copacabana	17.823	74.133	129.249	165.986

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Ed.: Zahar, 1989, p. 21.

Nos anos de 1950, a especulação imobiliária viu essa área como local de potencialização de seus lucros, principalmente com a criação de uma imagem voltada para as classes dominantes e as crescentes camadas médias da população fluminense e carioca que buscavam sair do chamados subúrbios⁴. Assim, essa área mais antiga do bairro, em torno do Copacabana Palace – edifício o qual Renato Archer morava ao lado – foi crescendo demograficamente e:

[...] Com o crescimento do bairro, esta parte passou a ser o centro da vida noturna da Zona Sul. Hotéis, bares, restaurantes, *boites*, surgiram em profusão ao lado de vasto número de prédios residenciais. A ocupação final foi feita, em grande parte, na década de 50, com grandes edifícios tipo Barata Ribeiro 200 [...] (VELHO, 1989, p. 25).

Não menos importante é retratar o contraste entre essa saudosa Zona Sul aristocrática e, posteriormente boêmia, com as outras áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, numa lógica de compreendermos a figura do deputado como alguém presente em meio a uma cidade partida, em que a construção do bairro onde morou preservou e reproduziu costumes das camadas dominantes em prejuízo da acessibilidade da classe trabalhadora. Enquanto Copacabana estava sendo construída como reduto dos valores burgueses, os subúrbios cariocas contavam com intensos investimentos, tendo como seu principal marco, nos anos de 1950, com o chamado Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), construído no bairro da Penha, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

As indústrias que haviam iniciado o processo de deslocamento em decorrência da valorização dos terrenos no centro, zona norte e sul tiveram a mudança institucionalizada pelo decreto 6.00 de 1937, o qual definia as zonas industriais da cidade, basicamente nas áreas suburbanas. Com as antigas indústrias mudando para os subúrbios, e as novas já se

⁴ Segundo Velho (1989, p. 24), era comum encontrar na publicidade imobiliária, *slogans* como “‘Paraíso a beira-mar’, ‘Seja feliz em Copacabana’, ‘More com gente de bem – em Copacabana’, ‘Não negue a sua família o direito de morar em Copacabana’, etc”.

instalando nas áreas determinadas pelo decreto, o que se vê é a ocupação cada vez mais intensiva desse território [...]. a cidade de então já se encontrava bastante estratificada, com os grupos de maior poder aquisitivo residindo na ‘nova’ zona sul (Copacabana, Ipanema e Leblon); os grupos médios de trabalhadores em geral, na zona norte e ‘antiga’ zona sul (Glória, Catete), e os grupos pobres na periferia. [...] O espaço urbano ficaria, até cerca dos anos de 1950, menos segregado, às expensas das péssimas condições de moradia das camadas mais pobres, habitando barracos de zinco ou madeira, sem água, luz ou esgoto (BOTAS; NASCIMENTO, 2019, p. 121).

Em terceiro e último ponto, as fontes de Archer também demonstram redes de sociabilidades dentro dessa mesma classe dominante e como as articulações de formação de alianças ou de combates às oposições ocorriam, desconstruindo pseudoproblemas vindos de interpretações apressadas. Nos mostra, também, as formas de tratamento entre os quadros políticos, as micro relações de poder e o patriarcalismo que escapam aos registros oficiais e à comunicação para com o grande público:

Juscelino virou-se então para Edmundo [Barbosa da Silva] e disse: ‘Filho de uma puta! Você vai sair daqui correndo para providenciar que eles [EUA] não protestem [em relação a publicação de documentos secretos envolvendo a CEME]. Se protestarem, vou demiti-lo como traidor da pátria. Você vai amargar isto durante o resto de sua vida. Ponha-se daqui para fora! (FILHO; GARCIA, 2006, p. 117).

[...] No dia do depoimento de Juarez [Távora] à CPI, fui para lá. Ninguém falava comigo [Renato Archer]. Logo depois, Juarez entrou na sala, acompanhado por Octávio Mangabeira, Pardo Kelly e Tenório Cavalcanti. O Tenório, que andava ainda com aquela célebre capa preta, parou à minha frente e disse: ‘Deputado, aqueles cabelos brancos ali têm que ser respeitados!’ Juarez havia sido candidato à Presidência da República pela UDN, o partido de Tenório (FILHO; GARCIA, 2006, p. 119).

E por fim:

[...] [Octávio] Mangabeira, já avançado em anos, estava sentado perto do general [Juarez Távora]. Nesse momento, ele puxou a cadeira, se levantou, saiu em minha direção e disse: ‘Menino, veja o que você vai fazer de sua vida. Com a vida desse aí você já acabou!’ Falou em meia-voz alta, de modo que todo mundo ouviu! (FILHO; GARCIA, 2006, p. 121).

Quanto ao livro de Leite Lopes, sabemos que o autor utiliza relatos de sua própria vida profissional como forma de demonstrar o desenvolvimento da comunidade científica nacional, ao menos no campo da física. Assim, é comum encontrarmos em seus capítulos, artigos técnicos e feitos de seus colegas no aperfeiçoamento das ciências físicas, matemáticas, universidades e institutos de pesquisa.

Todavia, esses escritos também são fontes diretas para podermos compreender melhor o processo de aprendizagem e de crescimento de uma geração de cientistas, através de sociabilidades específicas, feitas também por laços afetivos:

[...] Luís Freire era o brilhante professor de Física, cuja casa eu frequentava aos domingos, a fim de escutar as suas preleções e comentários, desde a teoria dos conjuntos e os números transfinitos à mecânica quântica e à filosofia da ciência. Ao laboratório de Oswaldo

Gonçalves de Lima, um dos mais talentosos e fecundos pesquisadores químicos do Brasil, ia regularmente após as aulas, para acompanhá-lo em seus trabalhos, conversar, ouvir e aprender (LOPES, 2004, p. 19).

Também podemos compreender a pesquisa científica e a instituição científica de forma menos formalizada e técnica e mais espacialmente dinâmica, por onde esses jovens em formação não apenas vão para adquirir habilidades e serem introduzidos no ofício, mas a própria prática da pesquisa possibilita o surgimento de laços entre esses indivíduos, que passam a compartilhar experiências para um crescimento em conjunto.

[...] Continuava com as pesquisas na minha especialidade – teoria das forças nucleares e teoria dos campos – discutia com físicos de São Paulo, sobretudo Mário Schenberg, que desenvolveu a sua teoria de elétron puntiforme. Com Jayme Tiomno e Elisa Frota Pessoa⁵ discutia os trabalhos recentes aparecidos nas revistas de física e jovens como Adel da Silveira, Gabriel Fialho, Geraldo Martynes, Paulo Sérgio de Magalhães Macedo, Maria Adélia, eram os elementos do nosso pequeno grupo. [...] Frequentávamos a Academia Brasileira de Ciências, para a qual fui eleito, e colaborávamos em seus anais [...] (LOPES, 2004, p. 23).

Em diversos outros escritos no mesmo livro, podemos ter acesso sobre relatos de aflições que jovens estudantes brasileiros possuem ao realizarem intercâmbios em países de culturas distintas, também podemos refletir à cerca do que era fazer ciência em nosso país antes de 1940 e quais as diferenças que passaram a surgir depois dessa época; as dificuldades que as famílias dos cientistas encontravam com aqueles que possuíam grandes responsabilidades dentro do campo, a narrativa majoritariamente masculina sobre a construção do campo científico, em contraste com a quase invisibilidade das cientistas, mesmo as de maior destaque, como o caso da própria Elisa Frota Pessoa. Enfim, a fonte possui diversos elementos que enriquecem a análise sobre o campo científico como um todo, possibilitando o fortalecimento das linhas de pensamento da história das ciências que buscam se esquivar das narrativas tradicionais que priorizam grandes nomes e suas grandes descobertas.

Como outro aspecto presente na taxonomia analisada por Barros, a intencionalidade corresponde à análise sobre a posição ocupada pelo criador de uma determinada fonte, buscando conhecer sua base político-ideológica, mas também outras razões que o estimularam a desenvolver este registro que está sendo utilizado como fonte.

[...] A ‘intencionalidade’ de um texto – este gesto de escrever com o propósito de ser lido de uma certa maneira – traz implicações decisivas relacionadas à posição ideológica, intelectual ou afetiva de seus autores (se os há, pois há fontes que não são autorais, obviamente), e também relativas à inúmeros outros aspectos (BARROS, 2019, p. 45).

⁵ Jayme Tiomno e Elisa Frota Pessoa futuramente se casaram e, enquanto casal, formularam inúmeras pesquisas em suas especialidades.

Dessa maneira, a intencionalidade de uma determinada fonte está relacionada com o fato de sua produção ter sido voluntária ou involuntária. No caso das fontes abordadas neste trabalho, as três podem ser caracterizadas como fontes de produção voluntária, uma vez que cada uma delas possui o objetivo de enviar mensagens a um público específico, expor ideias, perspectivas e bases históricas como legitimadoras de uma ou mais cosmovisões.

Porém, conforme vimos anteriormente, ao problematizarmos determinada fonte nos deparamos com uma série de elementos em seu conjunto que se sobressaem. Podemos dizer que esses elementos podem constituir um caráter involuntário nessa mesma fonte, uma vez que a intencionalidade do criador está focada em outros objetivos, criando um pano de fundo que, sem perceber, fornece subsídios mais ricos para uma análise histórica mais aprofundada.

É nítida a intencionalidade de Dagoberto Salles e de Renato Archer na publicação de seus livros como ferramentas de disseminação de ideias nacionalistas em favor do desenvolvimento e da soberania nacionais, além da exposição de supostos inimigos da nação. Contudo, em meio ao desenrolar de seus argumentos e na organização dos textos, transbordam de forma involuntária uma gama de informações sobre relações políticas, sociais e econômicas que permitem seus livros serem utilizados como fontes de pesquisas que não necessariamente giram em torno da questão nuclear, ou do desenvolvimentismo.

Nos exemplos que destacamos, pode-se ver que as fontes involuntárias são aquelas que foram produzidas como materiais ou conteúdos que não tinham por objetivo central elaborar um discurso para ser lido como receptor específico (indivíduo ou grupo social) ou transmitir uma mensagem com endereço certo [...] (BARROS, 2019, p. 48).

Acredito que o mesmo não possa ser dito sobre o livro de José Leite Lopes. Seu trabalho, assim como o dos outros dois é intencional e voluntário, pois seus artigos foram inicialmente publicados em um periódico de formação acadêmica para jovens físicos no CBPF e que, posteriormente, foram selecionados a dedo pelo próprio autor para compor parte do livro usado atualmente como fonte.

Isso significa que a intenção de Leite Lopes está em mostrar ao jovem cientista os caminhos de pesquisa e os caminhos cotidianos a serem tomados dentro das instituições científicas. Aproximar-se dos professores, fazer contatos e amizades com estudantes e professores de outras instituições, viajar para o exterior, associar-se à instituições representativas – como o caso da Academia Brasileira de Ciências, A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Sociedade Brasileira de Física, Centro Latino-Americana de Física, etc. – associar o trabalho da pesquisa com o engrandecimento da humanidade e do país no qual reside... Todas essas características

aparentemente mostram a intencionalidade de Leite Lopes em redigir uma obra única, bem selecionada, para cumprir objetivos bem específicos.

Por fim, podemos acrescentar que a intencionalidade também está diretamente associada com a qualidade da fonte e o suporte utilizado. Para Barros, o uso do conceito de fontes de conteúdo soa melhor do que manter a divisão proposta por Aróstegui de fontes materiais e fontes culturais.

Tratar de fontes de conteúdo permite ao historiador compreender que determinadas fontes não possuem um suporte definido e que uma fonte material também é provedora de elementos culturais importantes. Da mesma maneira, uma fonte cultural, ao ser produzida dependendo de sua intencionalidade, pode ser constituída como uma nova fonte material, pois seu conteúdo está diretamente associado com este formato.

Vamos nos manter na fonte elaborada por Leite Lopes. É possível considerar que seu livro seja uma fonte “voluntária”, uma vez que “[...] [foi produzida] para preparar uma espécie de memória histórica para os homens de sua época e da posteridade [...]” (BARROS, 2019, p. 50). O voluntarismo e a intencionalidade de Lopes ao escrever os artigos na revista *Ciência e Sociedade*, do CBPF, soma-se ao voluntarismo de Amélia Império Hamburguer em organizar uma brochura com as palestras, depoimentos e artigos considerados mais importantes por José Leite Lopes para cumprir um determinado fim.

Os múltiplos suportes que antes formavam diversas fontes distintas - os artigos, as cartas pessoais, as palestras – foram condicionados a um suporte único, de novo formato, desenvolvendo uma nova fonte. O mesmo se aplica à fonte criada por Dagoberto Salles que, buscando mover corpos e mentes à respeito do recém-acontecimento da CPI, promove a coletânea de documentos em um tipo de suporte adequado a sua intenção, tornando conteúdo e formato da fonte como indissociáveis.

Considerações Finais

De uma maneira geral, as fontes apresentadas são produções bibliográficas feitas por cientistas e políticos, que vivenciaram a política nuclear brasileira. Integrantes dos campos científico e político, que deram seus depoimentos no formato de livros, artigos de revistas institucionais e com o intuito de descrever as experiências que tiveram e as ideias que formularam sobre a forma como enxergam a ciência, seu papel social e como ela deve atuar perante a sociedade.

O estudo taxonômico proposto por Barros, foi utilizado para compreender melhor os elementos históricos que essas fontes podem proporcionar e, conseqüentemente, contribuir para o

desenvolvimento da minha tese. A conclusão mais sólida que posso trazer, no momento, é que existe uma certa dialética entre as classificações porpostas sobre as mesmas fontes, o que pode proporcionar muitas abordagens distintintas, mas complementares, sobre um mesmo objeto.

Portanto, com base nos ensinamentos proporcionados, procurarei enriquecer minhas análises documentais abrindo espaço para outras possibilidades de abordagem, conforme a problematização das fontes for auxiliando com novos elementos documentais.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BOTAS, Nilce Aravecchia; NASCIMENTO, Flávia Brito do. O conjunto residencial da Peña: imaginários e representações do Estado no subúrbio carioca. In.: SANTOS, Joaquim Justino dos; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa (Orgs.): **Diálogos Suburbanos**: identidades e lugares na construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro (1858-1945). Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2011.

FILHO, Alvaro Rocha; GARCIA, João Carlos Vitor. **Renato Archer**: energia atômica, soberania e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000, 5ª edição Remodelada e Definitiva.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MELLO, João Manoel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In.: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Mortiz (ogs.): **História da vida privada no Brasil: contrastes de intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, 5ª Reimpressão.

LOPES, José Leite. **Uma história da Física no Brasil**. Organização de Amélia Império Hamburguer. São Paulo: Livraria da Física, 2004.

SALLES, Dagoberto. **Energia Atômica**: um inquérito que abalou o Brasil. São Paulo: Fulgor, 1958.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

Recebido em: 29 de setembro de 2021.

Aprovado em: 06 de novembro de 2021.